



Diário Oficial do

# MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

## IMPRENSA ELETRÔNICA

### Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

#### Atendimento ao Cidadão

##### Presencial



Praça Kennedy, nº 01 -  
Centro Candiba - Bahia

##### Telefone



77 3661-2029

##### Horário



Segunda a sexta-feira,  
das 8h às 12h e das  
14h às 17h

### Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



## RESUMO

### DECRETOS

---

- DECRETO MUNICIPAL Nº 034, 10 DE FEVEREIRO DE 2025. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE 499.074,40( QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS), PARA FINS QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- DECRETO MUNICIPAL Nº 39/2025 - NOMEIA COORDENADORA DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MANOEL ALVES SOBRINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- DECRETO Nº 33, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE CANDIBA - CODEMA.
- DECRETRO Nº 35/2025 - DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR

### PORTARIAS

---

- PORTARIA Nº 004, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR

### LICITAÇÕES

---

#### RETIFICAÇÃO

---

- ERRATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, TERMO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 008-2025

### CONTRATOS

---

- CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012-2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001-2025 - VIANA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS COMBINADOS LTDA

#### ADITIVO DE CONTRATO

---

- 4º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 077-2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013-2022 - PROCEDE PROCESSAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRONICOS LTDA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

Praça Kennedy, No. 01  
Centro  
CANDIBA - BA  
CNPJ: 13.982.608/0001-00

Decreto Nº 034/2025  
10/02/2025

Abre Crédito Suplementar no valor total de 499.074,40( Quatrocentos e Noventa e Nove Mil Setenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos), para fins que se especifica e dá outras

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CANDIBA, ESTADO DO(A) , no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei municipal 398.

**DECRETA:**

Fica aberto Crédito Suplementar, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

**Dotações Suplementadas**

<b>02.06.00</b>	<b>SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO</b>		
1131	Construção e Ampliação de Obras Públicas		
4.4.9.0.93.00.00	Indenizações e REST	1701 Outras TRANSF.de Conv.ou Instr.Co	499.074,40
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>499.074,40</b>
		<b>Total da Unidade R\$</b>	<b>499.074,40</b>
		<b>Valor Total Suplementado R\$</b>	<b>499.074,40</b>

Artigo 2º - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito suplementar, serão cobertas com recursos de que trata o Artigo 43 parágrafo 1º da Lei Federal Nº 4.320/64, Inciso III.

Inciso: III - Suplementação por anulação de crédito R\$ 499.074,40

**Dotações Anuladas**

<b>02.02.00</b>	<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>		
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
9.9.9.9.99.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1500 REC. não Vinc. de Imp.	221.800,00
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>221.800,00</b>
		<b>Total da Unidade R\$</b>	<b>221.800,00</b>
<b>02.03.00</b>	<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		
2211	Manutenção do Desporto Amador		
3.3.9.0.32.00.00	Material de Distribuição gratuita	1500 REC. não Vinc. de Imp.	11.100,00
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>11.100,00</b>
		<b>Total da Unidade R\$</b>	<b>11.100,00</b>
<b>02.06.00</b>	<b>SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO</b>		
1127	Construção de Praças e Jardins		
4.4.9.0.51.00.00	Obras e Instalações	1706 Transferência Especial da União	16.674,40
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>16.674,40</b>
1132	Construção e Ampliação do Cemitério		
4.4.9.0.51.00.00	Obras e Instalações	1500 REC. não Vinc. de Imp.	52.900,00
4.4.9.0.61.00.00	Aquisição de Imóveis	1500 REC. não Vinc. de Imp.	42.300,00
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>95.200,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

Praça Kennedy, No. 01  
Centro  
CANDIBA - BA  
CNPJ: 13.982.608/0001-00

**Dotações Anuladas**

<b>02.06.00</b>	<b>SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO</b>		
1287	Urbanização da Lagoa na sede		
4.4.9.0.51.00.00	Obras e Instalações	1700 Outras TRANSF.de Conv.ou Instr.Co	101.400,00
4.4.9.0.51.00.00	Obras e Instalações	1500 REC. não Vinc. de Imp.	52.900,00
		<b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>	<b>154.300,00</b>
		<b>Total da Unidade R\$</b>	<b>266.174,40</b>
		<b>Valor Total Anulado R\$</b>	<b>499.074,40</b>

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entra em vigor nesta data.

CANDIBA, 10 de fevereiro de 2025

REGINALDO MARTINS PRADO  
Prefeito  
151.480.255-49



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ.: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, 01, FONE: (77)3661.2029 FAX: (77) 3661 2066

CEP.: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 039 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025**

Nomeia coordenadora do Grupo Escolar Municipal Manoel Alves Sobrinho e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CANDIBA**, Estado da BAHIA, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Constituição Federal, **RESOLVE**:

Art.1º- Nomeia, a Srª **RITA DE CÁSSIA CARDOSO JUNQUEIRA BARBOSA**, CPF nº. 006.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*, para o cargo em comissão de coordenadora pedagógica do Grupo Escolar Municipal Manoel Alves Sobrinho.

Art.2º- Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDIBA**, em 10 de fevereiro de 2025.

**REGINALDO MARTINS PRADO**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ.: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, 01, FONE: (77)3661.2029 FAX: (77) 3661 2066

CEP.: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

**DECRETO Nº 033 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025**

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Candiba – CODEMA”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CANDIBA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Candiba - CODEMA conforme composição abaixo:

Representantes do Poder Público:

**Secretaria Municipal de Assistência Social**

Titular: Marlúcia Pereira Ferreira Veiga

Suplente: Giseli de Barros Silva Magalhães

**Secretaria Municipal de Educação**

Titular: Elisangela Fogaça Rodrigues Pereira

Suplente: Marizete de Oliveira Trindade

**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

Titular: Eduardo da Silva Pereira

Suplente: Joice da Silva Norte

**Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Jackson Eliseu de Oliveira

Suplente: Jessica Naiara Gomes de Azevedo

Representantes da Sociedade Civil:

**Associação Rural Fazenda Açoita Cavallo**

Titular: Rafael de Souza Araujo

Suplente: Helio Marcos de Souza Araujo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ.: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, 01, FONE: (77)3661.2029 FAX: (77) 3661 2066

CEP.: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

**Associação Quilombo dos Anjos**

Titular: Claudivino Moreira da Trindade

Suplente: Carlos Marcos de Brito

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais**

Titular: Alessandra Bonfim Alves de Oliveira

Suplente: Joana da Silva Santos Bandeira

**Paróquia Nossa Senhora das Dores**

Titular: William Oliveira do Nascimento

Suplente: Ana Lúzia de Souza Araújo

**Representantes do Segmento Econômico:****Exclusiva Modas**

Titular: Shirley Martins Vieira Porto

Suplente: Rosemeire Costa da Silva Rodrigues

**Candimec Autopeças**

Titular: Marcos Roberio Pereira Cruz

Suplente: Maria Amélia Pereira de Carvalho Cruz

**Rede Construir**

Titular: Laudelino Rodrigues da Silva Junior

Suplente: Monica de Souza Reis Rodrigues

**Vaga em Vacância**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDIBA**, Estado da Bahia, em 10 de fevereiro de 2025.

**REGINALDO MARTINS PRADO****Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ.: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, 01, FONE: (77)3661.2029 FAX: (77) 3661 2066

CEP.: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

**DECRETO MUNICIPAL 35, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDIBA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, considerando suas prerrogativas de designar cargos comissionados,

**-R E S O L V E:**

Art. 1º. Fica a servidor público municipal, Sr. **ADÃO CARLOS DA SILVA**, ocupante do cargo de Professor nível I, Classe C, CPF nº 866.xxx.xxx-97, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cedido para laborar junto à Prefeitura Municipal de Guanambi-BA, sem ônus para o ente cedente, nos termos da Lei Municipal especial, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Guanambi.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDIBA, ESTADO DA BAHIA. EM 10 de fevereiro de 2024.**

**Reginaldo Martins preado**  
**Prefeito Municipal**





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PRAÇA KENNEDY, 01, FONE: (77)3661.2029 FAX: (77) 3661  
2066 CEP.: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

**PORTARIA Nº 004, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2025**

**“DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO  
DE SERVIDOR”.**

**A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº. 02/2025:

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica designado a servidora **JOICE KELLY GOMES DA SILVA**, inscrita no CPF nº. 061.\*\*\*.\*\*\* - 81, para exercer suas atividades no Grupo Escolar Municipal Reginaldo Martins Prado Júnior.

**Art. 2º.** A servidora deverá se apresentar no Grupo Escolar Municipal Reginaldo Martins Prado Júnior, com sede na Avenida Altino Ferreira de Souza, s/n, Distrito de Pilões, Candiba-BA, CEP 46.380-000, na data de 10 de fevereiro de 2025 (segunda-feira).

**Art. 3º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CANDIBA, em 07 de fevereiro de 2025.

**KAMILA TUANY LARCEDA LEÃO LIMA**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto nº. 002/2025  
Candiba/BA





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA

### ERRATA

A Prefeitura Municipal de Candiba, através do Prefeito Municipal, torna pública a retificação do Termo de Adjudicação e Homologação, Termo de Ratificação do Ato da Inexigibilidade nº 008/2025 publicado no Diário Oficial do Município ANO XIII, N ° 1829, no dia 06 de fevereiro de 2025 e do Termo do Instrumento Contratual, publicado no Diário Oficial do Município ANO XIII, N ° 1830, no dia 07 de fevereiro de 2025.

#### Onde se lê:

” INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025”

“PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025”

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2025”

#### Leia-se respectivamente:

” INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2025”

“PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025”

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2025”

Candiba-BA, 10 de fevereiro de 2025

Reginaldo Martins Prado

Prefeito Municipal





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**, Estado da Bahia, pessoa Jurídica de direito interno público, inscrita no CNPJ/MF nº 13.982.608/0001-00, com sede na Praça Kennedy, nº 01, Centro, nesta cidade, aqui representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Reginaldo Martins Prado, portador do RG nº. 03.094.039-79 SSP/BA e CPF/MF nº. 151.480.255-49, residente e domiciliado na Rua Manoel Alves Sobrinho, nº 03, Centro, aqui denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **VIANA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS COMBINADOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 10.754.716/0001-38, situada na Rua Goes Calmon, nº 118, Edifício Centro Empresarial Reis Meira, Sala 103, Centro, Vitória da Conquista/BA, CEP: 45.000-400, representada neste ato pelo Sr. Lucas Gomes Fernandes Viana, portador da carteira de identidade nº 1425612156 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 032.563.895-03, doravante designada CONTRATADA, estão justas e acertadas para celebrarem o presente contrato, referente a Dispensa de Licitação nº. 001/2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 046 e nº 047 de 28 de março de 2023, e legislação pertinente, dentro das cláusulas e condições seguintes:

#### 1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da Lei 14.133/2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender às demandas do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Obras e Urbanismo do município de Candiba-BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Descrição do objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	QUANT. VEÍCULOS	UN	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
1	<b>VEÍCULO FECHADO</b> , utilitário, câmbio automático, tração 4x4, cabine dupla com capacidade mínima de 5 passageiros, capacidade de carga 800 kg, ano mínimo de fabricação 2017, com ar, completo, destinado ao aos serviços do gabinete do prefeito deste Município. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada	01	UN	TOYTA HILUX E OU SIMILARES	R\$ 11.300,00	R\$11.300,00	R\$135.600,00
2	<b>CAMINHÃO BASCULANTE 6X2</b> , pesado, possuindo 3 eixos, com capacidade para 12 m³, ano mínimo de fabricação de 2008, para atender às demandas da Secretaria de Obras e urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.	06	UN	FORD CARGO 815 E OU SIMILARES	R\$ 16.500,00	R\$ 99.000,00	R\$1.188.000,00
3	<b>CAMINHÃO PIPA</b> , tanque com capacidade mínima 16.000 litros, ano mínimo de fabricação de 2008, destinado ao abastecimento de água potável aos moradores da zona rural conforme a necessidade	06	UN	FORD CARGO 815 E OU SIMILARES	R\$ 16.500,00	R\$ 99.000,00	R\$1.188.000,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

	solicitada pela secretaria de Obras e urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.						
4	<b>CAMINHÃO 4X2</b> , semipesado, com 2 eixos, com carroceria aberta, a diesel, com capacidade máxima de 7.000 kg de carga, ano mínimo de fabricação de 2008, para atender às demandas da secretaria de Obras e Urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.	01	UN	FORD CARGO 815 E OU SIMILARES	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 126.000,00
5	<b>CAMINHONETE</b> com cabine simples, capacidade 1.000 kg, ano mínimo de fabricação de 2006, destinado ao suporte das máquinas do Município, em conformidade às demandas e solicitações da Secretaria de Obras e Urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.	02	UN	FORD F1000 E OU SIMILARES	R\$ 7.800,00	R\$ 15.600,00	R\$187.200,00
6	<b>CAMINHONETE/CAMINHÃO</b> com cabine simples, carroceria de madeira, capacidade 3.000 kg, ano mínimo de fabricação de 2006, destinado ao suporte à iluminação pública do Município, em conformidade às demandas e solicitações da Secretaria de Obras e Urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.	02	UN	FORD CARGO 815 E OU SIMILARES	R\$ 7.800,00	R\$ 15.600,00	R\$187.200,00
7	<b>CAMINHÃO COMPACTADOR</b> , 2 eixos, com capacidade mínima para transporte de carga de até 15m³, ano mínimo de fabricação de 2011. Destinado ao suporte de coleta de resíduos públicos, em conformidade às demandas e solicitações da Secretaria de Obras e Urbanismo. Obs.: Combustível e motorista são de responsabilidade da contratante, enquanto a manutenção é de responsabilidade da contratada.	01	UN	VW 17.280 E OU SIMILARES	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00
<b>VALOR TOTAL GLOBAL: (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS).</b>							<b>R\$ 3.240.000,00</b>

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.O Termo de Referência;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

1.2.2.A Proposta do contratado;

1.2.3.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação até 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 22 do Decreto 11.462/23.

2.2.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII da Lei 14.133/2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 3.240.000,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil reais)**.

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

6.1. O pagamento será processado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista e devidamente atestada pelo setor competente, por meio de nota de empenho, mediante depósito na conta bancária.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 25, I, II, III, do Decreto 11.462/2023)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.11. Demais condições previstas no Termo de Referência em anexo.

### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei 14.133/2021)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de regularidade junto a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**9.9.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.16.** Demais condições previstas no Termo de Referência em anexo.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII, da Lei 14.133/2021)**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art.92, XIV, da Lei 14.133/2021)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - Multa por atraso imotivado da execução do serviço ou fornecimento dos produtos, nos prazos abaixo definidos:
- a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;
- b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;
- c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.
- d) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;
- e) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,20 % a aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- V - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- VI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- VII - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- a. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- b. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- b.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b.2. as peculiaridades do caso concreto;
- b.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- b.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- b.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- j) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133 de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

k) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

l) O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

m) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)

12.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

i. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1.ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

2.poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

ii.O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

iii. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

iv. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

i. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

ii. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

a. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

iii. Indenizações e multas.

b. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –DA FISCALIZAÇÃO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

**13.1.** A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**13.2.** A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

**13.3.** Os responsáveis pela fiscalização do presente contrato, a Sra. Joice da Silva Norte, inscrita no CPF nº 064.525.165-82, nomeada pela portaria municipal nº 003, de 08 de janeiro de 2025 e o Sr. Eduardo da Silva Pereira, inscrita no CPF nº 080.147.076-56, nomeado pela portaria municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2025, fica devidamente designada fiscal deste contrato, especialmente quanto à aplicação das penalidades, sob pena de incorrer nas estabelecidas na Lei 14.133/2021 e na legislação aplicável, com consequente responsabilização;

**13.4.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)**

**14.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.

#### **UNIDADE: 02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO**

ATIVIDADE: 2015 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00 Outros SERV TERC - Pessoa Jurídica

FONTE: 1500

#### **UNIDADE: 02.06.00 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

ATIVIDADE: 2123 - Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00 Outros SERV TERC - Pessoa Jurídica

FONTE: 1500

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III, da Lei 14.133/2021)**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade no portal eletrônico da Prefeitura, no prazo previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º da Lei 14.133/2021)**

**18.1.** As partes contratantes elegem o Foro da Comarca Guanambi - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA - BAHIA

E estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Candiba - BA, 03 de fevereiro de 2025

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA**

CNPJ nº 13.982.608/0001-00

Reginaldo Martins Prado

Contratante

---

**VIANA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS COMBINADOS EIRELI**

CNPJ nº 10.754.716/0001-38

Lucas Gomes Fernandes Viana

CPF nº 032.563.895-03

Contratada

---

**JOICE DA SILVA NORTE**

CPF nº 064.525.165-82

Fiscal

---

**EDUARDO DA SILVA PEREIRA**

CPF nº 080.147.076-56

Fiscal

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

CPF. \_\_\_\_\_ CPF. \_\_\_\_\_





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA.

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 077/2022 REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o **MUNICÍPIO DE CANDIBA**, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob nº 13.982.608/0001-00, com sede na Praça. Kennedy nº 01, Candiba/BA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Reginaldo Martins Prado**, portador do RG nº. 03.094.039-79 SSP/BA e CPF/MF nº. 151.480.255-49, residente e domiciliado a Rua Manoel Alves Sobrinho, nº 03, Centro, Candiba – BA aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **PROCEDE PROCESSAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRONICOS LTDA**, CNPJ Nº 18.195.422/0001-25, situada a Avenida Sebastião de Assis Gomes, nº 488, Bairro Sandoval Moraes, no município de Guanambi – BA, CEP 46.430-000, representado neste ato pelo Sr. Adão Fernandes de Oliveira, inscrito no RG nº 703571702 SSP/BA e CPF nº 884.998.125-20, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, ajustam entre si o presente Termo Aditivo de recomposição do reequilíbrio econômico financeiro, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, e:

**CONSIDERANDO**, a existência de Recursos Orçamentários/Financeiros e Previsão Legal para suportar o aditivo contratual, conforme o parecer Jurídico.

**CONSIDERANDO**, que o Contrato nº 077/2022 referente ao Pregão Presencial nº 013/2022 tem vigência até 31/12/2025;

**CONSIDERANDO**, a prorrogação do contrato em questão configura a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;

**CONSIDERANDO**, o Pedido de Revisão de Preços solicitado pela Contratada, diante da alta de impostos, custos elevados com a manutenção de pessoal e a necessidade de preservação da qualidade dos serviços prestados, conforme documento apresentado.

**CONSIDERANDO**, que conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, a Administração Pública a poderá proceder a revisão dos preços inicialmente pactuados;

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de página web a ser utilizada como Diário Oficial Próprio, bem como licença de uso de software para envio de arquivos a serem publicados no referido Diário Oficial, com usuários e remessas ilimitadas, incluindo a diagramação das edições e publicação contendo Assinatura Digital do prestador em servidor com Certificado Digital padrão ICP-BRASIL e segurança SSL; desenvolvimento de site oficial e hospedagem do domínio do município em servidor com certificado SSL para domínio e todos os subdomínios; e publicação dos atos oficiais do Município de Candiba no Diário Oficial da União – DOU, através da Imprensa Nacional e em Jornal de Grande Circulação no Estado da Bahia.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REALINHAMENTO DE PREÇO**

Fica acrescido o valor de R\$ 39.625,00 (trinta e nove mil e seiscentos e vinte e cinco reais) ao valor global do contrato, correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do contrato de R\$ 158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais), que após realização deste termo de aditivo, passa a ser de R\$ 198.125,00 (cento e noventa e oito mil e cento e vinte e cinco reais), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO (ANTERIOR)	VALOR UNITÁRIO (REAJUSTADO)	VALOR TOTAL DO ITEM ANTERIOR	VALOR TOTAL DO ITEM APÓS ADITIVO
01	Desenvolvimento de site oficial e hospedagem do domínio do município (CANDIBA.BA.GOV.BR) em servidor com certificado SSL para domínio e todos os subdomínios	Licença mensal	12	R\$ 550,00	R\$ 687,50	R\$ 6.600,00	R\$ 8.250,00
02	Módulo de acompanhamento de obras, em atendimento ao no art. 8º, § 1º, V da Lei 12.527/11.	Licença mensal	12	R\$ 250,00	R\$ 312,50	R\$ 3.000,00	R\$ 3.750,00
03	Sistema para acompanhamento do Transporte Escolar com mapas e GPS das linhas.	Licença mensal	12	R\$ 350,00	R\$ 437,50	R\$ 4.200,00	R\$ 5.250,00
04	Sistema para acompanhamento e informações referentes ao COVID-19, nos termos da Lei.	Licença mensal	12	R\$ 250,00	R\$ 312,50	R\$ 3.000,00	R\$ 3.750,00
05	Prestação de serviços com fornecimento de página						





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ: 13.982.608/0001-00

PRAÇA KENNEDY, Nº 01 - CENTRO - TELEFONE: (77) 3661-2066

CEP: 46.380-000 - CANDIBA – BAHIA.

	web a ser utilizada como Diário Oficial Próprio, bem como licença de uso de software para envio de arquivos para a publicação no referido Diário Oficial, para usuários e remessas ilimitadas, incluindo a diagramação das edições e publicação contendo Assinatura Digital do prestador em servidor com Certificado Digital padrão ICP-BRASIL e segurança SSL.	Licença mensal	12	R\$ 550,00	R\$ 687,50	R\$ 6.600,00	R\$ 8.250,00
06	Publicação dos atos oficiais da Prefeitura em Jornal de Grande Circulação no Estado da Bahia	Cm x col	700	R\$ 96,00	R\$ 120,00	R\$ 67.200,00	R\$ 84.000,00
07	Publicação dos atos oficiais da Prefeitura no Diário Oficial da União	Cm x col	700	R\$ 97,00	R\$ 121,25	R\$ 67.900,00	R\$ 84.875,00
VALOR TOTAL GLOBAL						R\$ 158.500,00	R\$ 198.125,00

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O crédito para as despesas referente ao presente Termo Aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária.

#### UNIDADE 02.02.00 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2039 - Manutenção do Setor de Imprensa e Publicidade

ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE: 15000000

### CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, inciso II, "d" da Lei 8666/93.

### CLÁUSULA QUINTA- DA RATIFICAÇÃO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Guanambi – BA, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização do presente Aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo:

Candiba – BA, 03 de fevereiro de 2025.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

CNPJ/MF nº 13.982.608/0001-00

Reginaldo Martins Prado

Contratante

#### PROCEDE PROCESSAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ Nº 18.195.422/0001-25

Adão Fernandes de Oliveira

CPF nº 884.998.125-20

Contratada

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/C760-97D0-F174-405C-BA5D> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C760-97D0-F174-405C-BA5D



### Hash do Documento

a4321be7627abf5479ef8d8dc4716958720697ac730a88f1f7ceee081b8304e7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/02/2025 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 10/02/2025 17:00 UTC-03:00